

CAIO TÚLIO COSTA

Sobre o medo em São Paulo:

CAIO TÚLIO COSTA
é jornalista, professor
de Ética Jornalística
na Faculdade Cásper
Líbero e presidente
do Internet Group
(que reúne os
portais iG, iBest e
BrTurbo).





Este texto é uma adaptação do sexto capítulo da tese de doutorado *Moral Provisória – Ética e Jornalismo: da Gênese à Nova Mídia*, ECA-USP, 2006.

ainda o espetáculo

A população da cidade de São Paulo, capital do estado mais desenvolvido do Brasil, maior aglomeração urbana do hemisfério sul e quarta maior cidade do mundo, com mais de 18 milhões de habitantes, viveu um dia de pânico numa segunda-feira, 15 de maio de 2006. Pânico nada semelhante ao vivenciado pela população de Nova York no dia do ataque às torres gêmeas,

11 de setembro de 2001, quando morreram cerca de três mil pessoas, e também pouco parecido ao do atentado que parou Madri, em 11 de março de 2004, e que resultou na morte de 191 pessoas. Mas a população paulistana se angustiou naquela segunda-feira que coroa um balanço de 373 ataques e 154 mortes, entre as quais 24 policiais militares, onze policiais civis, nove agentes penitenciários e 110 civis, 79 deles suspeitos de ligação com organização criminoso¹.

A partir de ataques realizados durante três dias pelo crime organizado contra bases policiais, ônibus transportando civis e agências de bancos particulares, o paulistano atendeu a um “toque de recolher” jamais decretado, seja por alguma autoridade ou por qualquer não-autoridade. A população começou a voltar do trabalho para casa na hora do almoço – entupindo as ruas com carros e transformando o retorno numa dificuldade muito superior à que se enfrenta no trânsito normalmente engarrafado de São Paulo. A partir das vinte horas todos puderam ver ruas e avenidas da cidade completamente desertas de gente e de veículos.

“O mundo está pior que antes”, escreveu um filósofo. “O Brasil vive hoje algo similar ao que a Alemanha viveu na República de Weimar. Os líderes conservadores, liberais, social-democratas, comunistas, agiam como loucos dançando à beira do abismo”, analisou um psicanalista. “Não sabemos de que coisas estamos falando”, espantou-se um cientista político (Costa, 5/6/2006, p. 9).

De onde teria vindo a tal ordem do toque de recolher? Por que a população a atendeu? Como interpretar o fenômeno? O que explicava esse medo? Por que em casa estariam todos mais seguros?

Se, em outra metrópole do país, o Rio de Janeiro, a população maneja essa situação com *savoir-faire*, pois lá o poder alternativo localizado nas favelas e o toque de recolher dado pelos traficantes de drogas viraram rotina em determinadas regiões, em São Paulo nunca se vira algo semelhante. O que fez a população se dirigir célere para casa atendendo a um apelo – toque de recolher – tão claro quanto difuso?

Qual o papel dos meios de comunicação, da mídia, nesse jogo? Com que “objetividade” se cobriu o evento? Qual o *modus operandi* dos meios de comunicação de massa em situações de risco? Como os meios de comunicação se portaram frente aos dilemas morais que os opõem entre noticiar e não noticiar, entre espalhar o pânico e acalmar, entre investigar e dizer o que se passa ou dar curso a boatos e a notícias sem origem? O que de espetacular fez a população voltar espetacularmente para casa? A pergunta mais pertinente do ponto de vista normativo é esta: quais valores éticos estavam em questão para os meios de comunicação de massa? Cabem mais três perguntas: quais direitos de cidadania foram desrespeitados pela mídia e pelas autoridades naquele dia? Se o foram, de que forma acabaram ocultados? Quais regras legais e morais foram atingidas?

DIREITOS DE CIDADANIA

A começar pelas últimas questões, a mais superficial das análises mostra que ao menos três direitos fundamentais de cidadania foram golpeados naquele dia. Outros também o foram, todos parte daqueles direitos civis que dizem respeito basicamente ao direito de se dispor do próprio corpo, locomoção e segurança, como define Maria de Lourdes Manzine-Couvre, a qual considera, no entanto, ser esse direito “muito pouco respeitado para a maior parte da população mundial, inclusive a do Brasil” (Manzine-Couvre, 2006, p. 11). Dentro da questão funcional do dia-a-dia, a população lida normalmente com direitos desrespeitados. Isso seria algo próprio dentro da “normalidade” social.

Tanto as autoridades quanto a mídia feriram de maneira inequívoca três direitos fundamentais naquele dia: o direito à informação, o direito à segurança e o direito de ir e vir, de livre circulação. Num levantamento mais detalhado, observa-se que outras garantias republicanas também saíram arranhadas, como a igualdade perante a lei ou a soberania da lei. A rigor, ao menos oito

1 Ver Folha Online: “Retrospectiva 2006 – Atentados do PCC Paralisam Maior Cidade do País”, in <http://noticias.uol.com.br/ultnot/retrospectiva/2006/materias/pcc.jhtm>.

direitos podem ser arrolados na lista dos desrespeitados. São direitos de cidadania garantidos pela Constituição e por leis complementares do Brasil, corrompidos de uma forma ou de outra nos acontecimentos que desembocaram no fatídico 15 de maio. Eles seguem descritos abaixo pela ordem na qual aparecem na Constituição. Os comentários depois de cada travessão são meus.

1) Todos são iguais perante a lei – portanto todos merecem que o Estado zele de forma igual pela sua segurança.

2) Ninguém é obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei – não tinha nem teria como haver toque de recolher oficial.

3) Ninguém será submetido a tortura ou a tratamento humano degradante – nem o cidadão livre nem o preso.

4) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação – privacidades foram violadas sob a suspeita de ligação com os autores dos atentados.

5) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela pode penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou durante o dia, por determinação judicial – idem.

6) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, ou de interesse coletivo geral, que serão prestados na lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado – a informação dada pela autoridade veio de forma difusa, dispersa, distribuída de forma pontual, aqui e ali, pouco abrangente.

7) É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral – é crônica a situação de superlotação das cadeias e penitenciárias no Brasil.

8) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judicial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou

crime propriamente militar, definidos em lei – foram presas mais de 600 pessoas ligadas aos acontecimentos que culminaram no 15 de maio.

A mais elementar das constatações é a de que não existe “toque de recolher” na Constituição brasileira. *Curfew* em inglês, *couvre feu* em francês, a expressão é de origem anglo-normanda, vem do toque dado por um sino para apagar o fogo nas lareiras e chamar a todos para dormir, uma precaução absolutamente necessária quando as casas eram de madeira e os telhados de caniços. Como termo militar, designa o toque de corneta para mandar os soldados se recolherem aos quartéis. Em país ocupado, ou em estado de sítio, é a proibição do livre trânsito de civis numa determinada hora².

Quem teria autoridade para decretar um toque de recolher naquele dia? Nenhum veículo de comunicação explicou isso, em nenhum momento. A mídia tradicional deu livre curso a essa informação a partir da televisão (primeira entidade da velha mídia a registrar o fenômeno maciço de volta à casa), multiplicada em seguida pelo rádio. Mas todos já estavam se informando por aparelhos celulares e pela internet, esta, dona de ferramentas de comunicação direta entre os usuários, como o correio eletrônico e o mensageiro instantâneo. As autoridades se recolheram enquanto a população afluía às ruas e quando apareceram, muito tarde, foi para desabafarem contra a própria mídia tradicional e a internet.

A ESCALADA DO MEDO

A leitura dos jornais dos dias anteriores mostra a escalada dos acontecimentos que culminaram no dia 15. A cobertura mistura a representação da violência real dos ataques com a espetacular reprodução de imagens capazes de fazer elevar automaticamente os decibéis das pautas e das manchetes jornalísticas.

Os acontecimentos começaram a ganhar significado nos diversos veículos de

² Ver www.wikipedia.com e o *Dicionário Houaiss*.

mídia na sexta-feira, 12 de maio. Para se entender o contexto, dois dias antes, numa sessão secreta da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Tráfico de Armas, acontecida na sede do governo federal, em Brasília, dois delegados do Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado (Deic) prestaram depoimento. Eles revelaram que a organização paulista incrustada nos presídios e conhecida como Primeiro Comando da Capital, ou PCC, considerada “a principal facção criminosa do Estado”, planejava realizar ataques a lideranças políticas em São Paulo³.

Por conta dessa notícia e na tentativa de bloquear a organização dos criminosos, as autoridades isolaram a liderança e os militantes do PCC que estavam presos, cumprindo pena. A ação visava a impedir que eles pudessem comandar os ataques desde a prisão, com o uso de telefone celular. Na quinta-feira começaram as transferências e elas levaram dois dias para serem cumpridas. Foram transferidos 765 presidiários ligados ao PCC. Entre eles estava Marcos Willians Herbas Camacho, conhecido como Marcola, considerado o líder do PCC. A maioria dos detentos foi levada de diversos presídios para uma penitenciária a 620 km da capital, no noroeste do Estado, a Penitenciária 2 de Presidente Venceslau. O líder Marcola, junto com 16 companheiros, foi levado para a sede do Deic, no bairro do Carandiru, na Zona Norte da cidade de São Paulo. Marcola seguiria logo depois para o presídio de segurança máxima de Presidente Bernardes, a 589 km da capital, enquadrado no Regime Disciplinar Diferenciado, dito RDD, que mantém o preso absolutamente recluso e impedido de contatos.

O que seria uma ação contra as autoridades virou um protesto contra a transferência dos presos. Os ataques a alvos da polícia começaram na sexta-feira, 12 de maio. Naquele dia, dois guardas civis e um policial militar foram mortos e vários policiais foram baleados – dois bombeiros entre eles. As ações ocorreram de forma sincronizada em diferentes pontos da cidade de São Paulo, no Centro e na Zona Leste. Três suspeitos foram presos.

No sábado, a imprensa reportava 30 pessoas assassinadas e outro tanto de pessoas gravemente feridas. Delegacias foram bombardeadas. Carros e bases volantes da Polícia Militar e da Guarda Civil metralhados. Vinte e duas rebeliões explodiram em presídios do estado. Entre os mortos contabilizavam-se cinco policiais civis, onze policiais militares, quatro carcereiros ou agentes penitenciários e três guardas municipais. Cinco dos mortos foram apontados pelas autoridades como integrantes do PCC; as outras duas vítimas eram civis, uma era namorada de um policial e outra, um cidadão comum⁴.

Em 24 horas haviam sido perpetrados 63 atentados em 23 cidades do estado. Os jornais, as rádios, a televisão e os portais de notícias da internet da segunda-feira, dia 15, traziam o balanço trágico: 74 mortes (alguns jornais falavam em 81), 156 ataques, 80 rebeliões. As manchetes eram do tipo “PCC Ataca Ônibus e Fóruns, Promove Megarrebelião e Amplia Medo no Estado”. Ao menos 36 ônibus haviam sido incendiados; três agências de bancos e um prédio comercial sofreram ataques.

De acordo com as notícias, o governo paulista negava que a situação estivesse fora do controle e confirmava ter recusado ajuda oferecida pelo Exército. O então governador Cláudio Lembo, do Partido da Frente Liberal, o PFL (depois transformado em Partido Democrata, DEM), declarou saber da possibilidade dos ataques havia vinte dias. Policiais que atuavam nas ruas, porém, disseram à *Folha de S. Paulo* que não tinham sido alertados para o ataque. Nada fora adiantado à corporação pelas autoridades civis.

SÃO PAULO, 15 DE MAIO

Foi nessa atmosfera que a cidade amanheceu na segunda-feira, o tom agravado nos noticiários do domingo à noite na televisão com imagens de bases metralhadas, ônibus queimados, rebeliões em penitenciárias, familiares desesperados. A coluna “Toda

3 Vera primeira página da *Folha de S. Paulo* de 13/5/2006.

4 Ver balanço na primeira página da *Folha de S. Paulo* de 14/5/2006.



Mídia”, da *Folha de S. Paulo*, publicada na terça-feira (Sá, 16/5/2006), resume bem a situação no dia 15. Dava conta do noticiário de “quatro dias de violência” que fora parar até na página do *New York Times* na internet, e da intensidade da cobertura nas redes de televisão, que exibia de forma sistemática os conflitos dos dias anteriores com a imagem dos enterros das vítimas policiais e as imagens dos destroços dos atentados.

Nesse clima – desenhado por manchetes, noticiários radiofônicos e televisivos matinais –, a Rede Record de Televisão entrou em cena na segunda-feira com seu helicóptero sobrevoando a cidade. Intercalava o noticiário ao vivo com imagens dos dias anteriores, sem deixar claro o que era passado e o que era presente, permitindo confusão entre a realidade do momento e a realidade de cada atentado de dias passados. As cenas mostravam ônibus queimando e, em seguida, imagens aéreas do trânsito da cidade engarrafando. Foi logo depois do meio-dia que um repórter da própria Record observou: “A cidade está ficando vazia, um fenômeno nunca visto. O comércio está fechando em Pinheiros, no Brás... As empresas estão fretando ônibus para levar funcionários para casa”. Ele lançou a frase: “É uma espécie de toque de recolher” (Sá, 16/5/2006). Quando o repórter se referiu ao “toque de recolher”, ele já ocorria.

De fato, as pessoas estavam se recolhendo, o comércio fechava as portas, as empresas dispensavam os funcionários e as escolas suspendiam as aulas. No momento em que a Rede Globo de Televisão entrou na cobertura dos fatos, registre-se, teve o cuidado de informar: “O governo de São Paulo faz questão de afirmar que não há

toque de recolher”. Somente no final do dia, quando a maior parte da cidade enfrentava o brutal congestionamento, a Record e algumas rádios colocaram no ar as palavras do comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, Elizeu Éclair, dizendo ter sido a segunda-feira o “mais tranqüilo” dos últimos quatro dias. Tranqüilo em relação aos ataques, que haviam parado.

O comandante aproveitou para criticar o “profundo sensacionalismo” da televisão e da internet. “Não querendo amenizar”, disse ele, “foi o dia mais tranqüilo”. Isso porque a maioria dos ataques “foi contra imóveis, não pessoas”. Segundo ele, a cobertura “forçou e divulgou o crime organizado”. Pediu apoio: “Eu pessoalmente liguei para diretores de redes dizendo que tudo por enquanto é sensação. Não há perigo para a população. Aos seus trabalhos, às escolas. A vida continua”. Aproveitou para brandir cópia de texto da *Folha Online* intitulado “Internautas Espalham Boatos sobre PCC e Alimentam Pânico em São Paulo”. A reportagem tratava de boatos virtuais anunciando os horários de supostos ataques. Ele não tinha dúvida sobre o objetivo do texto: “Apavorar ainda mais os internautas”.

O espetáculo a ser exibido era tamanho que a Rede Globo deslocou do Rio de Janeiro para São Paulo o principal apresentador do *Jornal Nacional*, William Bonner. Deslocamentos desse porte na Rede Globo costumam acontecer em ocasiões especiais. O *Jornal Nacional* é sempre levado ao ar à noite, no horário nobre. As manchetes da edição de segunda-feira foram anunciadas do teto do prédio da Globo em São Paulo, junto à então congestionada avenida marginal do Rio Pinheiros. Com a imagem do engarrafamento ao fundo, o âncora abriu a transmissão: “Aqui, na maior cidade brasileira, a população volta a sofrer as consequências dos atentados. Criminosos atacam agências, incendeiam ônibus e o medo interfere na vida dos cidadãos. Trabalhadores ficam sem transporte; estudantes longe da escola; e comerciantes evitam abrir as portas. Das 70 rebeliões, apenas duas continuam. E, depois de reunião com

o ministro da Justiça, o governador volta a recusar ajuda federal”.

Atrás de uma resposta à questão sobre quais valores éticos estavam em questão para os meios de comunicação de massa, viu-se que, enquanto polícia e bandido se matavam, abateu-se outra vítima: o celular – a “arma” que permitiu parar São Paulo, usada por bandidos e pela população. Foi com aparelhos celulares, a partir das prisões, que vieram as ordens que sincronizaram os atentados. Foi com os celulares – ajudados pelas mensagens de textos (torpedos) e também pelo correio eletrônico e pelas mensagens instantâneas da internet – que as pessoas disseram umas às outras sobre o “toque de recolher”, um toque que não foi dado por ninguém, mas acabou rigorosamente obedecido.

“Agora, sim, derrotamos o crime organizado”, reagiu com ironia o especialista em novas tecnologias Ethevaldo Siqueira. Explicou na sua coluna no diário *O Estado de S. Paulo*, com detalhes, como as autoridades sabiam que o bloqueio do celular nos presídios seria facilmente burlado, porque o vilão não é o aparelho, mas quem o usa como arma (Siqueira, 21/5/2006).

MADRI, 11 DE MARÇO

Também é possível analisar o acontecido a partir de nova perspectiva, aquela que o compara com as quatro explosões em estações de trem em Madri, que mataram e feriram cidadãos a caminho do trabalho. O celular, que em Madri foi manipulado também criminosamente para ativar remotamente as bombas, foi usado pela população de forma útil, principalmente via

mensagens de textos, informando uns aos outros que a velha mídia estava veiculando uma informação falsa, advinda do governo conservador de José Maria Aznar: a de que o atentado fora de autoria do grupo separatista basco ETA. Falsa porque o atentado em Madri foi obra dos mesmos autores do espetaculoso ataque a Nova York. Pelo celular, os espanhóis derrubaram a mentira e, em seguida, conseguiram levar para as urnas a população que se absteria de votar e que ajudou a derrotar o favorito Aznar nas eleições gerais – forçando o governo a retirar as tropas espanholas do Iraque.

“Os telefones celulares estão mudando a política mais rapidamente do que os acadêmicos conseguem acompanhar”, escreveu a revista *The Economist*, em outubro de 2006, mostrando o quanto o celular vem sendo usado como “ferramenta de empoderamento” até nas partes mais pobres e desgovernadas do mundo, como no Burundi, onde a população avisa organizações não-governamentais dos corpos assassinados e despejados aos crocodilos nos rios da província de Muinga⁵.

Se a selvageria dos acontecimentos aproximou o 15 de maio (por conta dos ataques dos dias anteriores) de atentados de cunho político e religioso que estouraram no hemisfério norte – embora no Brasil não haja nenhum grupo militante religioso por trás deles, mas sim bandidos sem ideologia –, outro dado precisava ser levado em conta: o papel das velhas e das novas mídias, ou seja, o papel da própria mídia.

NOVA MÍDIA

O paulistano atendeu a um toque de recolher independentemente da palavra contrária da autoridade, dita e redita, um pouco tarde talvez, e sem a ênfase requerida. O chefe do Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado, o Deic, Godofredo Bittencourt, informou no início da tarde do dia 15 de maio não haver nenhum toque de recolher. No entanto, às 20 horas as ruas estavam vazias.

5 “Mobiles, Protests and Pundits”, in *The Economist*, Londres, 28/10/2006, p. 73.



A ordem veio repassada por amigos, irmãos, mães, cunhados, primos, colegas, chefes... O comando veio pelo celular, por mensageiro instantâneo, pelo correio eletrônico. Fez a população se precipitar pelas ruas sem ônibus e sem táxi. A pé, de carona, de carro, como desse. O enorme engarrafamento começou por volta do meio-dia para, milagrosamente, acabar na hora exata da ordem difundida, 20 horas. A população fugiu de onde estava para ir para um lugar onde, imaginava, estivesse a salvo, em casa (Costa, 5/6/2006, p. 9).

Uma novidade paradoxal se incorporou à vida do paulistano. Dois poderosos instrumentos foram definitivamente usados para levar a população em fila de volta para casa: o celular e o computador, ambos ativados pela mídia tradicional e usados como nova mídia.

DUAS TEORIAS

Teoricamente, a explicação para a espetacularização ainda pode ser ensaiada a partir de duas teorias bem conhecidas e exaustivamente analisadas – talvez as principais para definir o comportamento dos meios de comunicação. A primeira delas, encaixada na expressão “indústria cultural”, na acepção que a tornou conhecida mundialmente, nasceu em 1947 no texto que a leva no título, escrito a quatro mãos pelos alemães Theodor Adorno (1903-69) e Max Horkheimer (1895-1973), da celebrada Escola de Frankfurt, que pouco durou na cidade que lhe deu nome e ganhou notoriedade quanto mais se distanciava dela. A segunda explicação pode estar na expressão “sociedade do espetáculo”, surgida no título do livro lançado em 1967 pelo francês Guy Debord (1931-94). Ela ganhou o mundo a partir dos acontecimentos de maio de 1968, que viraram a França de ponta-cabeça a partir das barricadas estudantis daquilo que foi, para muitos, o último suspiro revolucionário do século XX.

Separados por duas dezenas de anos, ambos os conceitos sobreviveram ao século

XX e conseguiram moldar o tom da crítica à sociedade baseada na comunicação. À sua maneira, cada um desses dois conceitos – estejam os comentaristas e comunicadores de acordo ou em desacordo – é recorrente em qualquer estudo mais aprofundado que se faz sobre a comunicação. Os dois textos ajudam a entender não somente os mecanismos capazes de dar à mídia o tratamento dispensado aos acontecimentos de 15 de maio (ou o de 11 de setembro em Nova York e o de 11 de março em Madri), bem como explicam as engrenagens que movimentam a mídia em suas mais diversas aparências no dia-a-dia da espetacularização. São mecanismos que formam e deformam o cotidiano da representação.

Os três autores citados – Adorno, Horkheimer e Debord – podem ser enquadrados como personalidades apocalípticas. Cabem perfeitamente na definição de Umberto Eco ao dividir os críticos da sociedade da informação em dois lados da mesma moeda: os apocalípticos e os integrados. Os primeiros estariam entre aqueles que escrevem sobre a cultura de massa, e os segundos emergem da leitura dos textos da cultura de massa.

Eco parte da idéia de que se a cultura é um fato aristocrático, de elite, então a cultura de massa seria a anticultura. Não indicaria uma aberração transitória e limitada, seria o sinal definitivo de uma queda irrecuperável, diante da qual o homem de cultura poderia somente ser definido na sua forma extrema, em termos de apocalipse. O integrado seria aquele para o qual os meios de comunicação colocam os bens culturais à disposição de todos, tornando mais fácil e mais leve a absorção de informações e, portanto, emissários de uma época de alargamento da área cultural. Para o integrado, não existe problema em a cultura sair de baixo ou ser produzida de cima para consumidores “indefesos”.

Na realidade, resume Eco, o apocalíptico consola quem o lê porque lhe permite entender, “sob o derrocar da catástrofe”, a existência de uma comunidade de superintelectuais capaz de se elevar acima do entendimento médio, da banalidade, capaz

de saber o que se passa e explicar tudo (Eco, 2004, pp. 8 e 9). Note que, assim, a própria indústria cultural produz aquele que a critica e ela o engloba, ela o contém; ela contém a crítica em si mesma.

ADORNO E HORKHEIMER

Em texto do final dos anos 40 (e atualizado nos anos 60), os apocalípticos Adorno e Horkheimer não deixam pedra sobre pedra em relação aos mecanismos da indústria da cultura. Para eles, nesse sistema, proveniente dos países industriais liberais, “trionfam o cinema, o rádio, o jazz e as revistas” (e, por decorrência, a televisão, inventada em 1926, pouco difundida nos anos 40; e posteriormente a internet, a quinta-essência das mídias, difundida nos anos 90). Essa mesma indústria que promove a barbárie estética e alinha o mais inflexível de todos os sentidos serve a uma rebeldia realista, estabelece-se como uma indústria da diversão e tem seu poder inexoravelmente ligado à identificação com a necessidade produzida. Toque de recolher? Todos para casa – nada melhor do que a segurança do lar.

Sendo assim, o espectador não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio, porque ela, a indústria cultural, traduz a vitória da razão tecnológica sobre a verdade. (A razão tecnológica está na imagem eletrônica facilmente identificável na tela da televisão, do computador ou do celular.) Promissória sobre o prazer, funde cultura e entretenimento. Não sublima, mas reprime. É, ao mesmo tempo, pornográfica e puritana, a reprodução mecânica do belo, algo ligado à idolatria metódica da individualidade e à exaltação reacionária da cultura, corrompida, não como uma Babilônia do pecado, mas como uma catedral do divertimento de alto nível; a indústria cultural é a depravação da cultura, a espiritualização forçada da diversão; ela distancia as pessoas da subjetividade.

Quanto mais consistentes se tornam as posições da indústria cultural, mais sumariamente ela pode proceder com as

necessidades dos consumidores. Ela produz as necessidades, as dirige, as disciplina, as suspende quando acha que deve suspender (agora posso voltar a trabalhar, não há mais imagens de ataques na TV). Divertir significa sempre não ter que pensar em coisa alguma e esquecer o sofrimento até mesmo onde ele é mostrado. Salutar é o que se repete; como os processos cíclicos da natureza e da indústria.

Nesse contexto, ao invés do prazer, o que se busca é assistir e estar bem informado. Na indústria cultural, desaparece tanto a crítica quanto o respeito. Como o toque de recolher, que independente de quem o disse, ao estar na televisão e na internet, passa a ser verdade.

A cultura é, portanto, uma mercadoria “paradoxal”. Ela está tão completamente submetida à lei de troca que não é mais trocada. Ela se confunde tão cegamente com o uso que não se pode mais usá-la. É por isso que ela se funde com a publicidade, que é o seu elixir da vida.

“Todos são livres para dançar e para se divertir, do mesmo modo, desde a neutralização histórica da religião, são livres para entrar em qualquer uma das inúmeras seitas. Mas a liberdade de escolha da ideologia, que reflete sempre a coerção econômica, revela-se em todos os setores como a liberdade de escolher o que é sempre a mesma coisa” (Adorno, 1985, p. 156).

Ao explicar a origem da expressão “indústria cultural” e se referir ao texto feito em conjunto com o amigo Horkheimer, Adorno sustentou que a indústria cultural “impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente” (Adorno, 1971, p. 295). Ou seja, bastou a imagem concertada dos resultados dos ataques para encaminhar a população docilmente para casa.

Num resumo superficial da contribuição de Adorno e Horkheimer, cabe dizer que na indústria cultural tudo é realmente um negócio, até a arte, outrora mistificada pela sua própria aura. Os bens culturais são explorados comercialmente e, com isso, tornam-se

instrumentos eficientes de manipulação pela própria indústria, manipulada pelos arquétipos que edifica ela própria, em função do pensamento mediano que a norteia e dirige. Ela se alimenta de sua construção e de sua manutenção. A indústria cultural contém todas as características do moderno mundo industrial e de serviços. As pessoas são objetos, instrumentos simultaneamente de trabalho e de consumo. O lazer passou a ser a extensão do trabalho. Isso está patente quando a empresa, seja pelo telefone, seja pelo trabalho levado para ser feito em casa, seja por correio eletrônico, invade a privacidade dos indivíduos nas noites, nas horas de folga, nos fins-de-semana e no quanto o trabalhar, na contemporaneidade, transformou-se em sinônimo de viver. O indivíduo não precisa mais pensar, a indústria pensa por ele. A ele só cabe escolher. Toque de recolher. Para casa.

A objetividade jornalística se encaixa nesse modo de ver regido pelo consumo e aplainado pelo negócio da cultura cuja régua é o nivelamento sempre pela mediana capacidade de entendimento. A objetividade gera e é gerada pelo espetáculo da notícia.

GUY DEBORD

Praticamente sem citar Adorno e Horkheimer – a expressão “indústria cultural” aparece uma única vez na obra *A Sociedade do Espetáculo* –, o francês Guy Debord instruiu com ação artística (cinema) e intervenção cultural (livros, pichações, aparições), de forma um tanto superficial quanto muito clara, os preceitos de Adorno. Debord colou o substantivo “espetáculo” ao vocábulo “sociedade” e deu um passo além na conceituação deixada pelos teóricos da Escola de Frankfurt.

Lançado em 1967, o livro de Debord se tornou reconhecido em 1968 por conta dos acontecimentos que levaram estudantes de várias partes do planeta, e em especial os de Paris, às ruas. Havia uma tentativa de dissolução da ordem estabelecida sem a intenção de tomar o poder. O significado

dessa situação se compreende ao analisar um pouco das ações de Debord, que nasceu em 1931 e se suicidou em 30 de novembro de 1994, com um tiro de fuzil no coração. Há quem considere Guy Debord um dos últimos revolucionários do século XX, ou um dos poucos que recusaram apaixonadamente a sociedade de seu tempo. Denunciou a sociedade do espetáculo. Não conseguiu superá-la. Era um homem de ação – conforme Vincent Kaufmann no prefácio da sua obra completa (Debord, 2006, pp. 9 a 23).

“Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se representação.” Assim começa o livro *A Sociedade do Espetáculo*.

A acumulação de espetáculos marca a vida nas sociedades liberais e socialistas. As pessoas representam, em vez de viver. Representam de acordo com cânones automaticamente reproduzidos, segundo padrões automaticamente instalados e inconscientemente perseguidos. “No espetáculo, uma parte do mundo se representa diante do mundo e lhe é superior.”

A realidade torna-se uma imagem e as imagens tornam-se realidade. A unidade que falta à vida recupera-se no plano da imagem. É a onipresença dos meios de comunicação de massa. Esse é seu aspecto mais visível e superficial ao formar uma sociedade na qual a vida real é pobre e fragmentária. Os indivíduos são obrigados a contemplar e a consumir passivamente as imagens de tudo o que lhes falta na existência real. Eles olham e se alimentam das notícias sobre os outros, estrelas, políticos, líderes; e vivem em seu lugar.

Enquanto a primeira fase do domínio da economia sobre a vida caracterizava-se pela degradação do ser em ter, no espetáculo chegou-se ao reinado soberano do aparecer. As relações entre os homens não seriam mais mediadas apenas pelas coisas, como no fetichismo da mercadoria, conforme definiu Karl Marx, mas diretamente pelas imagens. Para Debord, a imagem é uma abstração do real, e o seu predomínio, isto é, o espetáculo, significa um “tornar-se abs-

trato” do mundo. A abstração generalizada é uma consequência da sociedade capitalista da mercadoria, da qual o espetáculo é a imagem mais desenvolvida.

Mas o que é o espetáculo, então? Debord o define de diversas formas:

- não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre as pessoas, mediada por imagens;
- é uma relação de forças assimétricas;
- é a exploração do trabalho social porque a exploração não se detém, mas a ela se junta a exploração de toda a atividade social;
- é uma cosmovisão;
- é o modelo atual da vida dominante na sociedade;
- é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção e o consumo que decorre dessa escolha;
- é a justificativa total das condições e dos fins do sistema existente;
- é a presença permanente dessa justificativa, como ocupação da maior parte do tempo vivido fora da produção moderna.

Para Debord, o tempo, o espaço, a comunicação, o saber, a representação daquilo que é vivido, tudo está condicionado pelo espetáculo. O espetáculo é o capital. E o é em tal grau de acumulação que o capital se torna imagem. O automóvel é um dos agentes dessa produção, assim como a televisão (e a internet, por decorrência). As pessoas se separam e se isolam nas suas individualidades.

Nos comentários⁶ que escreveu posteriormente sobre *A Sociedade do Espetáculo*, publicados em 1988, no limiar da queda do Muro de Berlim e totalmente esfriada a Guerra Fria, Debord lembra que no seu livro distinguia duas formas, sucessivas e rivais, do poder espetacular: a forma concentrada e a forma difusa. Elas pairavam acima da sociedade real, “como seu objetivo e sua mentira”.

A forma dita concentrada se produzira nas ditaduras, fosse nazista ou stalinista, de direita ou de esquerda. A segunda, a forma difusa, acompanhara a “americanização” do mundo. Era tão assustadora quanto

sedutora nos países onde as condições das democracias (ele diz “burguesas”) de tipo tradicional se mantiveram. Desde os anos 60, então, uma terceira forma se impusera pela combinação das duas anteriores, na base geral da que se mostrou mais forte, por ser mais difusa. Tinha-se daí para frente a forma do espetacular integrado, considerado por Debord capaz de se impor mundialmente.

De propósito ou não, Debord abrigava a mesma palavra de Umberto Eco, mas com o sentido da idéia do espetacular integrado, aquele espetáculo que se manifesta tanto como concentrado quanto difuso. No lado concentrado, o centro diretor da ideologia tornou-se oculto, já não existia mais um chefe conhecido (não há mais cultos a personalidades únicas, por exemplo) nem uma ideologia clara. O lado difuso ficaria claro por conta da influência espetacular marcando quase todos os comportamentos e objetos produzidos socialmente. A realidade não aparecia mais diante dos olhos como coisa estranha. O espetáculo se confundia com toda a realidade.

No livro no qual teoriza sobre a produção do espetáculo, *Simulacro e Poder*, Marilena Chauí sintetiza e atualiza as preocupações de Debord. Para ela, “a chamada cultura de massa se apropria das obras culturais para consumi-las, devorá-las, destruí-las, nulificá-las em simulacros”. Isso porque o próprio espetáculo se tornou simulacro e o simulacro se pôs como entretenimento. “Os meios de comunicação de massa transformam tudo em entretenimento.” Ela exemplifica que guerra, genocídios, greves, festas, cerimônias religiosas, tragédias, políticas, catástrofes naturais e de cidades, obras de arte, obras de pensamento, tudo aquilo que a mídia abriga ela abriga em forma de espetáculo, de entretenimento (Chauí, 2006, p. 22).

Para Debord, ensina Aurélio Sainz na revista eletrônica *Nodo 50*, o problema não é tanto que o poder produza a realidade social – como teorizava Michel Foucault –, senão que toda a realidade produzida pelos agentes sociais tende a se tornar organizada e apropriada pelo capital. A reprodução

6 A edição brasileira de *A Sociedade do Espetáculo* incorpora os comentários de Debord a partir da p. 165.

do espetáculo consiste na reprodução das condições de existência dele próprio. Uma outra maneira de descrever essas condições seria dizer, como Jürgen Habermas, que elas consistem na separação da forma do conteúdo. Quando a forma se separa do conteúdo nenhum deles sai ileso. A forma se converte em homogeneização e o conteúdo em fragmentação, diz Sainz⁷.

Ainda Sainz: quando se implantam princípios jurídicos e morais que estão cada vez menos ligados às medidas de formas de vida concretas é porque sobram formas de vida concretas, isto é, formas de vida qualitativamente distintas. As novas situações, as formas de vida e os objetos se atomizam, isolados pela prática social que os faz identicamente reproduzíveis, calculáveis e controláveis a partir dos centros de gestão espetacular que estão em toda parte. Aqui estaria a diferença fundamental entre Debord e o outro representante da Escola de Frankfurt, Habermas. Enquanto Habermas centra suas propostas em um diálogo orientado para o entendimento que deveria estar livre de qualquer coerção, Debord coloca em primeiro plano a condição da unidade entre diálogo e execução que vai impedi-lo de tratar da questão a nível formal.

SOFISTICAÇÃO DA BANALIDADE

Tanto a crítica à cultura de massa feita por Adorno e Horkheimer quanto a da sociedade do espetáculo, de Debord, estão muito próximas. Se a primeira se inscreve dentro de uma dialética negativa que leva o homem ao distanciamento e à possibilidade de um exacerbado espírito crítico, a segunda vem carregada de proposições singulares (situacionistas), que se mostram ineficazes pela própria decisão de Debord de dar cabo à sua vida. Morreu de lucidez, batido pelo espetáculo.

A crítica da cultura de massas feita por Adorno, Horkheimer e Debord repousaria

sobre uma “metafísica de autenticidade ilusória” na análise do sociólogo francês Michel Maffesoli, nascido em 1944. As posições dos três se assentariam numa “nostalgia de um ideal de perfeição, variante particular do divino ou do absoluto a partir do qual se cataloga aquilo que é insignificante, espetacular, o mundo falseado”. A censura feita ao mundo da imagem veiculada por meio da cultura de massas perseguiria, afinal, uma falsa autenticidade.

“O espetáculo é fraqueza, certamente, no sentido pelo qual ele não permite a dominação generalizada do produtivismo, ele é sempre aquele *hiatus irrationalis* [o espaço entre o empírico e o *a priori*, o individual e o universal, a intuição e o conceito, em suma, entre a possibilidade do fato e a possibilidade lógica] que faz explodir a desordem num processo linear; é plural e tem múltiplas facetas. Querer suprimi-lo, ou esperar excedê-lo, é querer o cumprimento perfeito e fechado de algo essencialmente incoerente”⁸.

De certa forma, Maffesoli está de acordo com Umberto Eco quando evoca manifestação parecida do italiano ao dizer que esse tipo de análise pretende ser feita a partir de uma localização privilegiada do crítico, sempre distanciada do mundo, sem se dar conta de que vida e pensamento evoluem sobre vias diferentes. A vida se vive, mas não se concebe a partir de categorias conceituais ou de ilusórias justificativas apriorísticas. Para ele, a crítica da imagem enquanto aparência se faz a partir de uma postura que se pretende absoluta, distanciada e separada da vida, presa de um racionalismo intelectualista subjacente.

Apocalípticas sem dúvida, ambas as teorias remetem, no entanto, à questão ética quando ensinam os profissionais da comunicação a se distanciar de seu próprio universo e entender melhor onde estão, o que fazem, para que e por que fazem. O espetáculo – seja ele a exacerbação da violência que aconteceu na cidade de São Paulo, como examinado aqui, ou a mera descrição dos hábitos de uma celebridade,

7 Sainz, no sítio www.nodo50.org/cdc/quimera3.htm.

8 As observações a propósito de Maffesoli estão baseadas em texto de Pasin (2002), publicado no sítio www.caim.info e no livro do próprio Maffesoli (1998, p. 152).

para ficar em pontas distintas de importância – se insere num mecanismo industrial que se alimenta dele próprio, é a sua única razão de sobrevivência. Se o apocalíptico é aquele intelectual que veste luvas para examinar a realidade social e falar dela com distanciamento, então essa mesma sociedade tem capacidade de produzir o seu contrário, o pensamento que a critica e a vê com outros olhos – esse distanciamento requer conhecimento e dispensa a afetividade, para ser eficaz.

As imagens dos ônibus em chamas, das carcaças queimadas, das delegacias atingidas, do congestionamento, todas elas intensificam e congelam a representação daquilo que se queria que elas representassem. Reprisadas *ad nauseam* no contexto das transmissões ao vivo, criaram situações que remetiam a população à busca da segurança hipotética – se fosse verossímil a situação de terror generalizado –, numa real detonação de qualquer regra moral, explosão de qualquer preocupação ética,

porque, para a mídia, “ético” era mostrar o que estava acontecendo, independente do contexto. Nada facilmente defensável para o senso comum não-distanciado.

O 11 de setembro nova-yorquino, o 11 de março madrileno e o 15 de maio paulistano se firmam não apenas como exemplos reais de uma nova tática urbana de guerrilha, mas de uma tática que tem como cúmplice inconsciente uma sociedade viciada no espetáculo, fruto de uma indústria da cultura que se sofisticava cada vez mais na banalidade com a competente ajuda do aparelhamento tecnológico.

A dissolução da modernidade clássica e o advento daquilo que se convencionou chamar de pós-modernismo, por mais críticas que possa carrear este último conceito e por mais que ele mesmo se imiscua como parte da própria modernidade, propiciaram a emergência de uma nova forma de comunicação. Essa comunicação tem o poder de redesenhar a sociedade do espetáculo, para uns exacerbá-la, para outros até dissolvê-la.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor. “A Indústria Cultural, o Esclarecimento como Mistificação das Massas”, in Theodor Adorno e Max Horkheimer. *Dialética do Esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- _____. “A Indústria Cultural”, in Gabriel Cohn (org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo, Edusp, 1971.
- CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e Poder – uma Análise da Mídia*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.
- COSTA, Caio Túlio. “O Toque da Alvorada”, in *Meio & Mensagem*, São Paulo, 5/6/2006.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro, Contraponto, 2002.
- ECO, Humberto. *Apocalípticos e Integrados*. Tradução de Pérola de Carvalho. 6ª ed. São Paulo, Perspectiva, 2004 (1ª ed.: 1964).
- HUSSEY, Andrew. *The Game of War – the Life and Death of Guy Debord*. Londres, Jonathan Cape, 2001.
- _____. “Na Biografia, Debord Aparece como um Herói Guerreiro” (entrevista), in *Folha de S. Paulo*, 18 de agosto de 2001.
- MAFFESOLI, Michel. *La Conquête du Présent. Pour une Sociologie de la Vie Quotidienne*. Paris, Desclée de Brouwer, 1998.
- MANZINE-COUVRE, Maria de Lourdes. *O que É Cidadania*. São Paulo, Brasiliense, 2006.
- SÁ, Nelson de. “Toda Mídia”, in *Folha de S. Paulo*, 16/5/2006.
- SIQUEIRA, Ethevaldo. “Agora, Sim, Derrotamos o Crime Organizado”, in *O Estado de S. Paulo*, 21/5/2006.